
**LINGUAGEM E PODER: CONVENÇÕES DA ORALIDADE E DA ESCRITA COMO
MECANISMOS DE MANUTENÇÃO DO PODER****LANGUAGE AND POWER: CONVENTIONS OF ORALITY AND WRITING AS
MECHANISMS FOR MAINTAINING POWER.****LENGUAJE Y PODER: LAS CONVENCIONES DE LA ORALIDAD Y LA
ESCRITURA COMO MECANISMOS PARA MANTENER EL PODER**

DOI: 10.54899/dcs.v23i95.7110

Submitted: 8/17/2026

Approved: 9/10/2026

Published on: 9/17/2026

Lisa Evangelista de Souza

Mestranda em Linguagens e Identidades

Instituição: Universidade Federal do Acre (UFAC)

Amilton José Freire de Queiroz

Doutor em Letras /Literatura Comparada

Instituição: Universidade Federal do Acre (UFAC)

RESUMO

Este artigo discute a linguagem como mecanismo de organização social e de (re)produção de desigualdades, contrapondo-se à concepção que a trata como instrumento neutro de comunicação. A pesquisa, de natureza bibliográfica e qualitativa, articula o referencial teórico da sociolinguística crítica, especialmente Maurizio Gnerre (1985) e Marcos Bagno (2007), a contribuições de Pierre Bourdieu, William Labov e Beatriz Bortoni-Ricardo, e realiza a análise de um caso literário, o conto "A Ilha Desconhecida", de José Saramago (1997), como ilustração da tese defendida. Discute-se, ainda, a dimensão histórica do grafocentrismo, evidenciando como a instituição da norma escrita e da norma culta operou, desde a Antiguidade até a escola contemporânea, como estratégia de controle e centralização do poder. Os resultados indicam que o domínio da variedade linguística de prestígio funciona como capital simbólico, restringindo o acesso de grupos socialmente marginalizados a espaços de legitimidade, ao passo que a desvalorização da oralidade reforça o silenciamento dessas vozes. Conclui-se que a discussão sobre linguagem é, necessariamente, uma discussão sobre poder.

Palavras-chave: linguagem e poder; preconceito linguístico; sociolinguística; grafocentrismo; literatura.**ABSTRACT**

This article discusses language as a mechanism of social organization and the (re)production of inequalities, challenging the conception of language as a neutral instrument of communication. Drawing on a qualitative, bibliographic approach, the study brings together the theoretical framework of critical sociolinguistics, particularly the contributions of Maurizio Gnerre (1985) and Marcos Bagno (2007), with the works of Pierre Bourdieu, William Labov, and Beatriz Bortoni-Ricardo. As an illustration of the argument advanced, the study analyzes José Saramago's short story The Tale of the Unknown Island (1997). It also addresses the historical dimension of graphocentrism, highlighting how the establishment

of written and standard language norms, from Antiquity to contemporary schooling, has operated as a strategy for the control, legitimation, and centralization of power. The findings indicate that mastery of the prestigious linguistic variety constitutes a form of symbolic capital, conditioning socially marginalized groups' access to spaces of legitimacy and recognition, while the devaluation of oral varieties contributes to the silencing of certain voices. The article concludes that discussing language necessarily entails discussing the power relations that shape its production, legitimation, and circulation in society.

Keywords: language and power; linguistic prejudice; sociolinguistics; graphocentrism; literature.

RESUMEN

Este artículo analiza el lenguaje como mecanismo de organización social y de (re)producción de desigualdades, contraponiéndose a la concepción que lo considera un instrumento neutro de comunicación. La investigación, de carácter bibliográfico y cualitativo, articula el marco teórico de la sociolingüística crítica —especialmente los aportes de Maurizio Gnerre (1985) y Marcos Bagno (2007)— con las contribuciones de Pierre Bourdieu, William Labov y Beatriz Bortoni-Ricardo, y realiza el análisis de un caso literario, el cuento *La isla desconocida*, de José Saramago (1997), como ilustración de la tesis defendida. Asimismo, se aborda la dimensión histórica del grafocentrismo, poniendo de manifiesto cómo la institución de la norma escrita y de la norma culta ha operado, desde la Antigüedad hasta la escuela contemporánea, como estrategia de control y centralización del poder. Los resultados indican que el dominio de la variedad lingüística de prestigio funciona como capital simbólico, restringiendo el acceso de grupos socialmente marginados a espacios de legitimidad, mientras que la desvalorización de la oralidad refuerza el silenciamiento de estas voces. Se concluye que la discusión sobre el lenguaje es, necesariamente, una discusión sobre el poder.

Palabras clave: lenguaje y poder; prejuicio lingüístico; sociolingüística; grafocentrismo; literatura.

1 INTRODUÇÃO

A linguagem, frequentemente compreendida como um simples instrumento de comunicação, revela-se, sob uma perspectiva crítica, como um poderoso mecanismo de organização social e de (re)produção de desigualdades. Nesse sentido, longe de ser neutra, a língua está profundamente atravessada por relações de poder que determinam quais formas de expressão são legitimadas e quais são marginalizadas, manipulando, assim, quem e como determinados sujeitos serão reconhecidos socialmente.

A tese defendida neste artigo é a de que a linguagem não é neutra, mas funciona como um instrumento de poder que produz e reforça desigualdades sociais. Segundo Gnerre (1985), a linguagem exerce poder tanto em contextos mais explícitos, como em instituições de grande influência — a exemplo de igrejas, escolas e da política —, quanto de forma mais implícita, por meio de representações sociais e culturais de uma determinada comunidade.

O objetivo geral deste trabalho é analisar de que modo a linguagem, em suas manifestações oral e escrita, atua como mecanismo de manutenção do poder e de

exclusão social. Como objetivos específicos, busca-se: (i) discutir, a partir de Gnerre (1985) e Bagno (2007), a relação entre norma padrão, capital simbólico e preconceito linguístico; (ii) examinar a dimensão histórica da escrita como tecnologia de controle, do grafocentrismo à instituição escolar; e (iii) analisar, a partir do conto “A Ilha Desconhecida”, de José Saramago, como a literatura tematiza o silenciamento produzido pela hierarquização entre oralidade e escrita.

Para sustentar essa tese, este artigo articula três operações teóricas complementares, desenvolvidas ao longo das seções seguintes. Em primeiro lugar, a naturalização de mitos linguísticos (BAGNO, 2007), que converte julgamentos sociais em aparentes julgamentos sobre a língua. Em segundo lugar, a conversão da norma padrão em capital simbólico, negociado em um mercado linguístico (BOURDIEU, 1989) que restringe o acesso a espaços de prestígio a quem domina seus códigos formais. Em terceiro lugar, a hierarquização histórica entre escrita e oralidade, sustentada pelo grafocentrismo — criticado por Cardona — e por aquilo que Bourdieu (1989) chama de amnésia da gênese das instituições letradas. Destaca-se, ainda, o papel da interação na construção de sentidos: a sociolinguística interacional dialogada por Gumperz e Bortoni-Ricardo (2004) oferece o aparato necessário para compreender como essas práticas linguísticas não apenas refletem, mas também constroem e mantêm hierarquias sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LINGUAGEM, PODER E PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Antes de avançar na discussão sobre linguagem e prestígio, cabe explicitar a noção de poder que orienta este artigo. Van Dijk (2009, p. 178-179) propõe defini-la em termos de controle: “los grupos tienen (más o menos) poder si son capaces de controlar (más o menos), en su propio interés, los actos y las mentes de los (miembros de) otros grupos”. Essa habilidade, segundo o autor, pressupõe um poder básico consistente no acesso privilegiado a recursos sociais escassos — força, dinheiro, status, conhecimento, informação, cultura ou, mais especificamente, diversas formas do discurso público e da comunicação. É precisamente nesse último recurso, o discurso, que este artigo concentra sua análise: a linguagem não é apenas veículo de outras formas de poder, mas ela própria um recurso escasso e desigualmente

distribuído, cujo controle define quem fala, quem é ouvido e quem tem acesso a espaços de legitimidade social.

Historicamente, a norma culta foi instituída como padrão legítimo de comunicação, sendo associada a prestígio e autoridade. Sobre essa perspectiva, conforme discute Gnerre (1985), a linguagem está diretamente ligada ao poder, funcionando como um instrumento de dominação simbólica que favorece grupos socialmente privilegiados.

Nessa mesma obra, Bagno (2007) evidencia como a naturalização de determinados mitos linguísticos (a exemplo da crença em uma suposta unidade e superioridade da norma culta) opera como mecanismo ideológico de manutenção do poder, ao consolidar-se como senso comum e, assim, dificultar sua contestação. Essa naturalização dialoga diretamente com o conceito de capital linguístico proposto por Bourdieu (1989), segundo o qual o domínio da variedade de prestígio funciona como um bem simbólico negociado em um verdadeiro “mercado linguístico”, cujo valor é definido pelas mesmas relações de poder que regulam o acesso a outros bens sociais. Compreende-se, portanto, que a linguagem de persuasão empregada na composição de espaços supostamente democráticos — como o discurso político e as instituições públicas — não amplia o acesso da população a esses espaços, mas o restringe ainda mais, na medida em que tais espaços permanecem delimitados por critérios de ascensão social que a própria norma padrão ajuda a definir.

A aplicação da teoria do ato de fala ao discurso político não é, contudo, uma transposição direta e sem atrito. Como adverte Butler (2021, p. 83), “seria um erro pensar que, ao resolver os problemas teóricos do ato de fala, chegaríamos a uma série de soluções esclarecedoras para o funcionamento político contemporâneo do ato de fala”, já que “a relação entre teoria e política tende a funcionar de outra maneira”: as posições teóricas são sempre apropriadas e mobilizadas em contextos políticos específicos, que revelam apenas parte de seu valor estratégico. Essa ressalva orienta a leitura que se propõe a seguir: não se trata de aplicar mecanicamente Gnerre (1985) e Bourdieu (1989) a dois episódios da política brasileira, mas de observar como, nesses episódios, a própria linguagem funcionou performativamente — não apenas descrevendo um projeto político, mas constituindo-o.

Jânio Quadros venceu a eleição presidencial de 1960 apoiado num discurso que dispensava o vocabulário técnico da política tradicional em favor de um repertório

simbólico de fácil circulação popular — a vassoura, o jingle "varre, varre vassourinha", a promessa de expurgar a corrupção. Paradoxalmente, é essa recusa aparente ao capital linguístico de prestígio, no sentido de Bourdieu (1989), que constitui a própria estratégia de legitimação: ao rejeitar a fraseologia formal do "mercado linguístico" institucional, Jânio converte a simplicidade retórica em um novo tipo de capital simbólico, validado não pelas elites letradas, mas pelo reconhecimento popular. O mesmo mecanismo reaparece, décadas depois, na carta de renúncia de Jânio, em agosto de 1961, na qual o presidente atribui sua queda a "forças terríveis" que se levantariam contra ele, sem nomeá-las — um eufemismo estrutural, no sentido discutido por Gnerre (1985), que performa a acusação sem assumir o ônus da referência. Fernando Collor, em 1989, radicaliza esse mesmo mecanismo por outra via: ao cunhar a expressão "caçador de marajás" para nomear servidores públicos de altos salários, ele não apenas descreve uma categoria — ele a institui discursivamente, nos termos performativos de Austin já discutidos na seção anterior. O rótulo "marajás" produz o próprio grupo que supostamente apenas nomeia, deslocando o debate sobre desigualdade salarial no funcionalismo para um registro moralizante e afetivo, de fácil consumo político. Em ambos os casos, portanto, o sucesso eleitoral não decorre da posse do capital linguístico de prestígio descrito por Gnerre (1985) e Bourdieu (1989), mas de sua inversão estratégica: o afastamento da norma culta institucional é performado como autenticidade, e essa performance, ela própria, opera como novo capital simbólico no mercado linguístico da comunicação política de massa.

Essa dinâmica não se restringe a exemplos históricos: observa-se, na comunicação política contemporânea, uma tendência semelhante de valorização do desempenho discursivo, o domínio de jargões técnicos, expressões de efeito e uma retórica de urgência permanente, como substituto simbólico para a demonstração de competência efetiva na gestão pública.

Nos termos de Bourdieu (1989), trata-se de um efeito de autoridade obtido pela performance linguística, independentemente da correspondência entre o discurso proferido e a capacidade real de resolver os problemas a que ele se refere: quanto mais a linguagem se aproxima dos códigos legitimados como técnicos ou institucionais, maior a autoridade simbólica atribuída a quem fala, ainda que essa autoridade não se traduza necessariamente em resultados concretos. Esse mecanismo atravessa o espectro político de forma transversal, não sendo exclusivo

de um campo ideológico específico, e reforça a tese aqui defendida: a linguagem, mais do que informar, frequentemente performa competência, camuflando, sob a fachada de um discurso tecnicamente elaborado, a ausência de respostas efetivas aos problemas que enuncia.

Assim, o domínio da variedade padrão passa a operar como um capital simbólico, garantindo acesso a espaços de prestígio social, como a escola e o mercado de trabalho. Em contrapartida, falantes de variedades não prestigiadas são frequentemente marginalizados, evidenciando que o preconceito linguístico é, na verdade, uma forma de preconceito social, que impacta diretamente o indivíduo, condicionando-o a espaços e papéis sociais menos privilegiados.

O texto de Gnerre estabelece uma analogia entre a política e a língua: da mesma forma que o Estado tenta se vender como uma instituição acima de interesses particulares, a norma padrão da língua também é imposta como se fosse superior e imparcial. Na prática, isso obriga todos os cidadãos a dominarem essa forma específica de falar e escrever para conseguirem lidar com as instâncias de poder. O autor cita Bakhtin e Volóshinov para explicar que essa visão conservadora da língua, tratada como um sistema fixo e imutável, desconectado da realidade social, faz parte do que eles chamam de “objetivismo abstrato”. Dentre os quatro conceitos defendidos por Bakhtin e Volóshinov e pontuados por Gnerre, destaca-se o quarto para validar a discussão:

4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si. (1979: 68 apud GNERRE, 1985, p. 10).

O autor Marcos Bagno, em “Preconceito Linguístico: o que é, como se faz”, constrói uma reflexão acerca de como a linguagem se insere em um campo crítico no qual língua e poder são indissociáveis. Partindo da concepção aristotélica de que o ser humano é um “animal político”, o autor sustenta que toda discussão sobre a língua é, inevitavelmente, uma discussão política, uma vez que ela só existe e se realiza nas práticas sociais. Bagno reafirma, nesse sentido, a crítica de Gnerre de que não existe uma “visão tradicional da língua como um sistema neutro e homogêneo”, pois a língua está sempre exercendo seu papel ativo na manutenção de estruturas de dominação e exclusão.

Um dos pontos centrais da crítica de Bagno reside na imposição de uma norma gramatical idealizada, frequentemente apresentada como única forma legítima de expressão:

A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua — afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito linguístico (BAGNO, 2007, p. 9).

Para o autor, essa norma atua como um verdadeiro mecanismo de segregação social, comparável a um “arame farpado” simbólico — expressão que, como se retomará na seção 4.2, é originalmente cunhada por Gnerre (1985) e apropriada por Bagno para descrever o mesmo fenômeno — que impede o acesso das classes populares a espaços de poder e prestígio. Ao classificar as variedades linguísticas utilizadas por amplos setores da população como “erradas” ou “inferiores”, as elites reforçam hierarquias sociais já existentes, transformando a língua em instrumento de controle e marginalização.

Nesse contexto, Bagno propõe a noção dos “sem-língua”, estabelecendo um paralelo contundente com outras formas de exclusão social, como os “sem-terra” e os “sem-teto”: milhões de brasileiros que, embora plenamente capazes de se comunicar em suas práticas cotidianas, têm suas formas de falar deslegitimadas pelas instituições oficiais. Dialogando com Gnerre (1985), o autor destaca que a validação de uma variedade linguística é uma estratégia ideológica que perpetua uma variedade como de prestígio e exclui as demais:

O pensamento linguístico grego apontou o caminho da elaboração ideológica de legitimação de uma variedade linguística de prestígio. Desde o “legislador” platônico que impõe e escolhe os nomes apropriados dos objetos, até chegar à tradição gramatical divulgada, estruturada talvez na época alexandrina, a elaboração da ideologia e da reflexão relativas à linguagem foi constante (Gnerre, 1985, p. 12).

Bagno (2007) reforça ainda a crítica de Gnerre (1985), baseada em Bourdieu (1977), ao destacar o caráter excludente da própria linguagem jurídica e institucional: a Constituição e as leis, redigidas em registro altamente formal e distante da realidade linguística da maioria da população, acabam por restringir o acesso democrático aos direitos. A exclusão, portanto, não se dá apenas no plano simbólico, mas também no

âmbito concreto da sociedade, uma vez que muitos indivíduos não conseguem compreender plenamente os textos que regulam suas vidas.

Outro aspecto fundamental da análise de Bagno é a compreensão do preconceito linguístico como manifestação de preconceito social. Ao criticar determinadas formas de falar — como as associadas a regiões específicas ou a grupos populares —, não se julga, de fato, a língua em si, mas os sujeitos que a utilizam. O estigma linguístico funciona, assim, como disfarce para discriminações mais amplas, relacionadas à classe social, à origem geográfica e às condições socioeconômicas dos falantes.

Essa dimensão social do preconceito linguístico é levada por Bagno a uma articulação explícita com outros marcadores de desigualdade — raça, gênero e classe —, evidenciando que o domínio da norma padrão, isoladamente, não garante ascensão social equivalente a todos os falantes:

Valerá mesmo a pena promover a “ascensão social” para que alguém se enquadre dentro desta sociedade em que vivemos, tal como ela se apresenta hoje? Basta pensar um pouco nos indivíduos que detêm o poder no Brasil: não são (quando são) apenas falantes das variedades urbanas de prestígio, mas são sobretudo, em sua grande maioria, homens, brancos, heterossexuais, nascidos/criados na porção Sul-Sudeste do país ou oriundos das oligarquias feudais do Nordeste. Uma mulher negra, por exemplo, mesmo que se apodere completamente das formas prestigiadas de falar e de escrever, continuará tendo oportunidades infinitamente menores de ascensão social do que qualquer homem branco, mesmo que ele não domine tão bem assim a “língua certa”. (Bagno, 2007, p. 91).

A passagem evidencia que o capital linguístico, tal como discutido a partir de Bourdieu (1989), não opera isoladamente: seu valor de troca no mercado linguístico é modulado por outros capitais — racial, de gênero, de classe — que determinam, em última instância, quem pode efetivamente converter o domínio da norma padrão em ascensão social real. Reforça-se, assim, a tese aqui defendida: o preconceito linguístico não é autônomo, mas parte de um sistema mais amplo de hierarquização social, no qual a língua funciona como uma entre várias fronteiras simbólicas de exclusão — nunca a única, e nunca suficiente, por si só, para superá-las.

2.2 SOCIOLINGUÍSTICA INTERACIONAL E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Em oposição à visão normativa, a sociolinguística propõe uma abordagem que reconhece a diversidade linguística como constitutiva da própria língua. Toda

variedade linguística possui regras próprias e é adequada aos contextos em que se realiza, não podendo ser considerada inferior (LABOV, 2008). Dessa forma, a noção de “erro” é relativizada, sendo substituída pela compreensão da variação como fenômeno sistemático e socialmente condicionado: fatores como classe social, região e contexto comunicativo influenciam diretamente o uso da língua, reforçando a ideia de que falar diferente não significa falar errado.

Essa perspectiva radicaliza uma convicção que o próprio Labov (2008, p. 13) já anunciava como programa de pesquisa: "existe uma crescente percepção de que a base do conhecimento intersubjetivo na linguística tem de ser encontrada na fala — a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social". Ao deslocar o centro de gravidade da análise linguística da norma escrita para a fala cotidiana, Labov inverte a hierarquia que, como visto na seção 2.1, sustenta o preconceito linguístico: não é a escrita normatizada que valida a fala, mas a fala viva da comunidade que constitui o objeto legítimo da investigação sobre a língua.

Essa inversão tem uma consequência teórica precisa, já formulada por Weinreich, Labov e Herzog (1968 apud Labov, 2008, p. 16) ainda na fundação da sociolinguística variacionista: "o domínio de um falante nativo de estruturas heterogêneas não tem a ver com multidialetalismo nem com o ‘mero’ desempenho, mas é parte da competência linguística monolíngue". Em outras palavras, dominar a variação — falar de formas diferentes em contextos diferentes — não é sinal de deficiência ou de mistura de dialetos, mas o próprio modo como a competência linguística se manifesta. Essa formulação fornece o lastro teórico que falta à crítica esboçada acima: quando a escola ou o discurso institucional tratam a variação como erro, o que fazem, na verdade, é confundir heterogeneidade estruturada com ausência de sistema — precisamente o equívoco que Labov (2008) dedicou sua obra a desfazer.

O método sociolinguístico interacional, por sua vez, enfatiza a análise da linguagem em uso, destacando a importância do contexto e da interação na construção de sentido. Segundo essa abordagem, o significado não está fixado nas palavras, mas é construído na relação entre os interlocutores, considerando elementos como intenção, contexto social e dinâmica comunicativa (Bortoni-Ricardo, 2004). A linguagem é entendida, assim, como uma prática social situada, na qual os sujeitos constroem sentidos e identidades de forma contínua.

A partir dessa articulação teórica, é possível afirmar que a linguagem desempenha papel central na construção da realidade social: as formas de falar não apenas expressam identidades, mas também as produzem, funcionando como marcadores sociais e culturais. Como ressaltam Gnerre (1985) e Bagno (2007), a imposição de uma variedade linguística como padrão legítimo contribui para a exclusão de grupos sociais, silenciando suas formas de expressão e reforçando desigualdades.

2.3 ESCRITA, GRAFOCENTRISMO E A INSTITUIÇÃO DA NORMA

O vínculo entre linguagem e poder, contudo, não nasce com a escrita: sua origem remonta à oratória grega, em que o domínio da palavra falada já funcionava como instrumento de disputa e de legitimação diante de outros homens e das próprias divindades. Rohden (1995) situa essa origem nas tragédias e nos tribunais da Antiguidade:

"Nas tragédias, a oratória retrata o poder da linguagem manuseado pelos homens a fim de contestarem a última palavra das divindades, acerca do destino sobre os homens. A necessidade de usar o poder da linguagem para reaver bens fez com que Córax e Tísias escrevessem o primeiro tratado sobre oratória — o que constitui a arte retórica — a qual ensinava a maneira de ganhar as causas diante dos tribunais." (Rohden, 1995, p. 514).

É significativo que a própria passagem revele o momento de virada que este artigo busca evidenciar: a oratória nasce como prática essencialmente oral, ligada à disputa imediata da palavra viva diante de um tribunal ou de uma audiência; no entanto, seu poder só se torna transmissível, sistematizável e, sobretudo, ensinável a partir do momento em que Córax e Tísias o fixam por escrito, na forma de um tratado.

A escrita, nesse sentido, não registra passivamente uma técnica oral preexistente: ela a converte em capital cultural transmissível (Bourdieu, 1989), restrito a quem tivesse acesso ao tratado e à instrução nele baseada. Institui-se, assim, já na Antiguidade clássica, o mesmo mecanismo que se manterá ao longo da história ocidental, discutido a seguir: o domínio da palavra oral concede poder imediato, mas é sua conversão em texto escrito que permite transformar esse poder em técnica ensinável, hereditária e monopolizável por determinados grupos.

Historicamente, é fundamental demarcar que a escrita não surgiu para incluir todo mundo, mas para concentrar poder nas mãos de poucos. Na Idade Média e

depois, ela foi usada para organizar o Estado e a religião. Um exemplo é Afonso X de Castela, que ajudou a fortalecer o castelhano como língua oficial para unificar o poder. Outro caso importante é o de Antonio de Nebrija, que em 1492 escreveu uma gramática e a ofereceu à rainha como ferramenta de controle do império. Ao criar regras fixas, a escrita se afasta da fala do dia a dia e acaba separando quem domina essa norma de quem não domina.

A escola reforça esse processo: não ensina apenas a língua, mas também a ideia de que existe uma forma “certa” de falar, que é a das classes dominantes. Pierre Bourdieu e Luc Boltanski mostram que a escola apaga a origem dessas regras, fazendo parecer que são naturais; quando alguém questiona, muitas vezes a resposta é simplesmente “é assim porque sempre foi”. Com isso, a gramática vira uma barreira que dificulta o acesso de muitas pessoas a espaços de poder, tratando a linguagem popular como erro, e não como cultura.

Soma-se a isso o problema do grafocentrismo, ideia de que apenas a escrita - principalmente a europeia - representa conhecimento, criticada por Giorgio Raimondo Cardona. Um exemplo é Garcilaso de la Vega, que valorizava a escrita europeia e não reconheceu sistemas indígenas de registro, como os quipus, como formas válidas de conhecimento. Isso evidencia como outras culturas foram desvalorizadas por não seguirem o modelo da escrita alfabética.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se filia à tradição da Análise Crítica do Discurso (ACD), na acepção proposta por Van Dijk, que a define como:

um tipo de investigação analítica sobre o discurso que estuda principalmente o modo em que o abuso do poder social, o domínio e a desigualdade são praticados, reproduzidos e agressivos, pelos textos e pela palavra no contexto social e político. (Van Dijk, 2009, p. 149, tradução nossa).

Como o próprio autor ressalta, a ACD “toma explicitamente partido, y espera contribuir de manera efectiva a la resistencia contra la desigualdad social” (Van Dijk, 2009, p. 149) — postura que este artigo assume conscientemente, dispensando qualquer pretensão de neutralidade científica na análise da linguagem. É nesse sentido que se articula, ao longo deste trabalho, o diálogo entre a sociolinguística crítica (Gnerre, 1985; Bagno, 2007) e a teoria social de Pierre Bourdieu (1989):

compreende-se, de antemão, a linguagem como espaço de disputa política, e não como objeto de descrição supostamente neutra.

Trata-se, ainda, de uma pesquisa de natureza qualitativa e bibliográfica, fundamentada no diálogo entre a sociolinguística crítica (Gnerre, 1985; Bagno, 2007; Labov, 2008; Bortoni-Ricardo, 2004) e a teoria social de Pierre Bourdieu, com o objetivo de compreender a relação entre linguagem, poder e exclusão social. A seleção dos autores seguiu o critério de complementaridade teórica: Gnerre e Bagno fornecem o eixo central da discussão sobre preconceito linguístico e capital simbólico, enquanto Labov e Bortoni-Ricardo sustentam a defesa da variação linguística como fenômeno sistemático, e Bourdieu e Boltanski oferecem o embasamento sociológico para a crítica à escola e à norma escrita.

Como procedimento de análise, adotou-se a leitura e o cotejamento dos textos teóricos selecionados, seguidos da análise textual e temática de um corpus literário de apoio — o conto “A Ilha Desconhecida”, de José Saramago (1997) —, tomado como estudo de caso ilustrativo da tese defendida. A escolha do texto literário justifica-se por sua pertinência temática: a narrativa tematiza, por meio da relação entre o documento escrito e a fala não registrada, a exclusão de quem não tem acesso à palavra oficial, permitindo articular a reflexão teórica a uma manifestação estética concreta.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 A ESCRITA COMO TECNOLOGIA DE PODER E O SILENCIAMENTO DA ORALIDADE

Retomando a distinção estabelecida por Gnerre (1985) entre formas explícitas e implícitas de exercício do poder pela linguagem, as primeiras ligadas a instituições, as segundas a representações sociais e culturais, propõe-se aqui que a literatura funcione como manifestação privilegiada desse segundo modo. Nesse sentido, o conto “A Ilha Desconhecida”, de José Saramago (1997), é lido como uma dramatização ficcional da crítica ao grafocentrismo discutida na seção anterior a partir de Cardona: sem nomear diretamente o conceito, a narrativa evidencia, no plano estético, o mesmo mecanismo que a teoria descreve no plano social. No conto, o documento escrito vale mais do que a fala, e quem não tem acesso a ele permanece

sem voz; a história mostra como a burocracia e a linguagem oficial podem excluir pessoas. A busca pela “ilha desconhecida” pode ser lida, assim, como metáfora da busca por formas de expressão ainda não legitimadas pela norma oficial:

— E tu, para que queres um barco? — pode-se saber? — foi o que o rei, de facto, perguntou quando finalmente se deu por instalado, com sofrível comodidade, na cadeira da mulher da limpeza. — Para ir à procura da ilha desconhecida — respondeu o homem. — Que ilha desconhecida? — perguntou o rei, disfarçando o riso [...] — Disparate. Já não há ilhas desconhecidas. [...] — Nos mapas só estão as ilhas conhecidas. [...] — Simplesmente porque é impossível que não exista uma ilha desconhecida (Saramago, 1997, p. 4).

Sustenta-se, a partir dessa leitura, que a literatura opera aqui como evidência complementar ao argumento teórico: o conto de Saramago dramatiza, no plano da ficção, o mesmo mecanismo que Gnerre (1985) e Bagno (2007) descrevem no plano teórico da naturalização de uma hierarquia entre modalidades de linguagem que se apresenta como óbvia, mas constitui, de fato, uma construção histórica e ideológica. Essa visão grafocêntrica avalia culturas sem escrita alfabética como inferiores, ignorando a complexidade de seus sistemas de comunicação próprios. Saramago constrói, em seu conto, uma narrativa simbólica sobre a desvalorização do novo e a disfuncionalidade da busca pelo outro: “A ilha desconhecida é coisa que não existe, não passa duma ideia da tua cabeça, os geógrafos do rei foram ver nos mapas e declararam que ilhas por conhecer é coisa que se acabou desde há muito tempo [...]” (Saramago, 1997, p. 13).

Essa recusa do rei em admitir a existência de uma ilha ainda não cartografada pode ser lida, à luz de Labov (2008), como metáfora precisa do modo como a ideologia da língua padrão trata as variedades linguísticas não legitimadas: assim como os geógrafos do rei declaram esgotada a possibilidade de ilhas por conhecer, a norma culta declara esgotadas as formas de falar reconhecidas como válidas, relegando à invisibilidade tudo o que escapa ao mapa oficial da língua. Essa analogia reforça o argumento sociolinguístico central deste trabalho: assim como a ilha desconhecida não deixa de existir por não constar no mapa, uma variedade linguística não deixa de ser sistemática, coerente e plenamente funcional por não figurar no repertório validado pela escola e pelas demais instituições letradas. Nesse sentido, o gesto do homem que insiste em buscar a ilha, contra o ceticismo institucionalizado do rei, pode ser interpretado como figuração do próprio trabalho da sociolinguística interacional (Bortoni-Ricardo, 2004): o de reconhecer, na fala viva e situada dos falantes, formas

de organização linguística que o mapa oficial da norma se recusa a registrar, mas que nem por isso deixam de compor, com igual legitimidade, o território da língua.

Essa recusa do rei pode ser lida, ainda, a partir da chave foucaultiana que Oliveira Neto (2022, p. 73) mobiliza para o mesmo conto: o rei e sua corte acreditam apenas "no discurso selecionado e mantido pelo poder", de modo que, do próprio poder, "parte o descrédito na impossibilidade em registrar o desconhecido pela ressalva da incerteza, da dúvida, como coisa de louco" (Oliveira Neto, 2022, p. 73). A pergunta que o crítico formula a respeito do conto — "como desenhar no mapa ou historicizar no papel o que não é objetividade" (Oliveira Neto, 2022, p. 73) — é, em essência, a mesma pergunta sociolinguística que este artigo formula a respeito da língua: como registrar, gramaticalmente, aquilo que a norma oficial se recusa a reconhecer como existente? O mapa do rei e a gramática normativa cumprem, nesse sentido, a mesma função de controle discursivo: ambos definem, de antemão, o que pode ser dito como conhecido, deixando de fora — por decreto, não por inexistência — tudo o que ultrapassa seus limites.

A crítica de Oliveira Neto (2022) chama ainda atenção para uma personagem decisiva que este artigo, até aqui, deixou na sombra: a mulher da limpeza, figura sem nome que trabalha no palácio e que, ao final do conto, abandona seu posto para embarcar com o homem em busca da ilha desconhecida, sendo ela quem escolhe o barco para a viagem. Como observa o autor, "se nas linhas enviesadas da história se tem tentado a todo custo silenciar as mulheres, o narrador saramaguiano faz recuperar a presença delas e lhes dá novo sentido na comunidade humana" (Oliveira Neto, 2022, p. 71). A mulher da limpeza é, em termos de Bagno (2007), uma "sem-língua" por excelência: ocupa uma função de serviço invisibilizada, sem nome, sem fala reconhecida no espaço institucional do palácio — e é justamente essa figura que, ao sair do castelo, se torna agente da narrativa, e não mero coadjuvante. A dupla saída do homem e da mulher da limpeza — ele do banco da praça pública, ela do posto de trabalho doméstico — figura, no plano ficcional, o mesmo movimento que a sociolinguística crítica descreve no plano social: a voz que não tem lugar reconhecido no discurso oficial só se afirma como voz ao abandonar o espaço que a mantinha invisível.

4.2 A IDEOLOGIA DA LÍNGUA PADRÃO E SEUS EFEITOS INSTITUCIONAIS

A desvalorização da oralidade ocorre também por meio da imposição do que se pode nomear, à luz de Bagno (2007), como um mito linguístico específico: o de que “o certo é falar como se escreve”. Assim como os demais mitos discutidos na seção 2.1, essa crença ignora que a fala é o instrumento natural de sobrevivência humana e que a escrita é um sistema artificial e limitado de representação, invertendo, na prática, a relação histórica entre as duas modalidades. Quando as manifestações orais se distanciam desse padrão idealizado, elas são rotuladas como erros, deficiências ou traços de ignorância, estigmatizando os falantes de variedades populares — em contradição direta com o que Labov (2008) demonstra sobre a sistematicidade, e não a deficiência, de toda variedade linguística.

O modelo escrito é utilizado, ainda, para bloquear o acesso ao poder e à cidadania plena, funcionando como, na formulação original de Gnerre (1985), posteriormente retomada por Bagno (2007), um “arame farpado” linguístico que exclui quem não domina seus códigos formais. Nesses termos, escola e sistema jurídico funcionam como instâncias daquilo que Bourdieu (1989) chamaria de um mercado linguístico específico, no qual apenas o capital linguístico convertido em escrita formal é reconhecido como legítimo, e no qual discursos orais dissidentes são tratados como irracionais ou absurdos precisamente por não terem curso nesse mercado. A escrita promove, assim, um distanciamento do conhecimento em relação à experiência cotidiana, favorecendo a centralização do controle social e o silenciamento de vozes subalternas que se expressam primordialmente pela oralidade.

É o próprio Gnerre (1985) quem cunha essa imagem, associando-a, em sua formulação original, especificamente à linguagem jurídica e documental — evidenciando como o acesso a direitos está condicionado ao domínio de uma fraseologia técnica e arcaizante:

A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder. Para redigir um documento qualquer de algum valor jurídico é realmente necessário não somente conhecer a língua e saber redigir frases inteligíveis, mas conhecer também toda uma fraseologia complexa e arcaizante que é de praxe. Se não é necessário redigir, é necessário pelo menos entender tal fraseologia por trás do complexo sistema de clichês e frases feitas. (Gnerre, 1985, p. 22).

Essa constatação retoma, em outros termos, a crítica já apresentada na seção 2.1 quanto à linguagem jurídica e institucional (Bagno, 2007, com base em Bourdieu, 1977): o acesso a direitos formais depende do domínio de um código que, embora apresentado como neutro, exige justamente o capital linguístico que grande parte da população não possui. Confirma-se, assim, que o arame farpado descrito por Gnerre (1985) e reelaborado por Bagno (2007) não é metáfora abstrata, mas mecanismo concreto de exclusão, materializado na própria arquitetura documental do Estado.

Por fim, a valorização extrema da escrita reforça padrões institucionalizados ao reafirmar o poder hegemônico por meio do preconceito de que línguas orais não possuem gramática ou lógica, quando, na verdade, todo falante nativo domina as regras complexas de sua língua muito antes de aprender a ler ou escrever (Labov, 2008). Essa hierarquização faz com que a identidade de grupos que mantêm tradições orais seja negada ou invisibilizada pelo que Bourdieu (1989) denomina “amnésia da gênese” das instituições letradas: o apagamento das raízes sociais e históricas de uma norma que passa a ser percebida como natural, e não como construção histórica de determinados grupos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do percurso teórico e analítico desenvolvido, este artigo cumpriu o objetivo de examinar a linguagem como mecanismo de manutenção do poder, retomando as três operações teóricas anunciadas na introdução. Em primeiro lugar, evidenciou-se, a partir de Bagno (2007), como a naturalização de mitos linguísticos (a exemplo da crença de que existe uma forma “certa” de falar, associada à escrita) converte diferenças sociais em aparentes julgamentos sobre a língua. Em segundo lugar, demonstrou-se, a partir de Bourdieu (1989), que o domínio da norma padrão funciona como capital simbólico negociado em um mercado linguístico, restringindo sistematicamente o acesso de grupos marginalizados a espaços de prestígio e legitimidade social. Em terceiro lugar, discutiu-se a hierarquização histórica entre escrita e oralidade, sustentada pelo grafocentrismo e pela amnésia da gênese das instituições letradas (Bourdieu, 1989), que apagam as raízes sociais de uma norma que se apresenta como natural.

Essas três operações não são independentes. A análise do conto “A Ilha Desconhecida”, de José Saramago, mostrou como elas se articulam concretamente

na dramatização ficcional de um poder que Gnerre (1985) já descrevia como tanto explícito, presente nas instituições, quanto implícito, manifesto nas representações sociais e culturais que naturalizam a hierarquia entre quem fala e quem escreve — articulação reforçada pela leitura de Oliveira Neto (2022) sobre a mulher da limpeza, figura que, ao romper com sua invisibilidade institucional, ilustra no plano ficcional o mesmo mecanismo de silenciamento e resistência discutido, no plano histórico, a partir dos casos de Jânio Quadros e Fernando Collor.

Discutiu-se, também, o papel da escola e das instituições jurídicas que, ao propagarem a ideologia da língua padrão, reforçam práticas de exclusão e silenciamento, em contradição direta com o que Labov (2008) demonstra: toda variedade linguística é sistemática e adequada ao contexto em que se realiza, não podendo ser hierarquizada em termos de correção ou erro. Conclui-se, assim, que, se a linguagem é poder, discutir a linguagem é, necessariamente, também questionar o poder, o que passa por desnaturalizar os mitos que sustentam a norma padrão e por recuperar a genealogia histórica de sua legitimação.

Como desdobramento desta discussão, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem, a partir da sociolinguística interacional (Bortoni-Ricardo, 2004), a análise de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade linguística na sociedade, articulando a crítica ao grafocentrismo aqui desenvolvida a experiências concretas de ensino de língua materna.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BAGNO, Marcos. Norma linguística & preconceito social: questões de terminologia. **Veredas — Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 71-82, 2001.

BARBOSA, Y. M. A Linguagem do Poder: Entre Discursos e Dominação [livro eletrônico]/Ycarim Melgaço Barbosa. - **São Paulo**: Editora Dialética, 2026. 2000 Kb; ePUB.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. **Trad.** Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

GUMPERZ, John J. Sobre o método sociolinguístico interacional. Tradução de Ana Cristina Ostermann e Daniela Negraes Pinheiro Andrade. In: FABRÍCIO, Branca Falabella (org.). **Sociolinguística interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

OLIVEIRA NETO, Pedro Fernandes de. A história em revista. José Saramago e O conto da ilha desconhecida. **Revista da Anpoll**, v. 53, n. 3, p. 65-77, 2022.

ROHDEN, L. (1995). O PODER DA LINGUAGEM. *Síntese: Revista De Filosofia*, 22(71). Recuperado de <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1099>

SARAMAGO, J. **O conto da ilha desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VAN DIJK, Teun A. Discurso y poder: contribuciones a los estudios críticos del discurso. **Trad. de Alcira Bixio**. Barcelona: Gedisa, 2009.